

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

TEMA: “Liberdade de expressão e Discurso de ódio: as possibilidades e limites da enunciação”.

Espera-se que o candidato desenvolva o texto de acordo com o padrão pedido, dissertativo-argumentativo, apresentando indícios que o classifiquem como tal, quais sejam: explicações, exemplificações, análises, interpretações de aspectos, defesa ou refutação de ideias dentro da temática solicitada.

Segundo Platão e Fiorin (1992:174), um texto deve ser uma “unidade”, deve trata-se de um só objeto. Essa qualidade é um dos mais importantes recursos argumentativos, pois um texto dispersivo apenas tangencia o tema proposto, uma vez que apresenta argumentos pouco ou mal relacionados ao assunto abordado.

A proposta da redação exige que seja produzido um texto dissertativo-argumentativo, a partir dos textos motivadores disponibilizados. Dessa forma, espera-se que o candidato construa uma dissertação sobre o tema proposto no âmbito dos aspectos temáticos relacionados a seguir:

- ao conceito e aplicação da liberdade de expressão;
- ao conceito e reconhecimento do discurso de ódio;
- diferenças e proximidades entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio; e,
- situações e consequências do uso do direito à liberdade de expressão e do discurso de ódio.

Fontes:

- PLATÃO & FIORIN, **Para entender o texto**. Leitura e redação. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1992.
- GARCIA, Othon Moacyr et al. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 548p. (Atualizada com a nova ortografia da Língua Portuguesa).
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006. 216p.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296p.
- PIMENTEL, Carlos. **Redação Descomplicada**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 192p. (Nova ortografia)

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG

CARGO: ANALISTA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Questão 01

O sistema *push and pull* é uma abordagem essencial na elaboração e gestão de conteúdos e estratégias em comunicação digital. No sistema *push*, as informações são ativamente “empurradas” para o público-alvo. Um exemplo prático é o envio de *newsletters* por *e-mail*, em que as empresas enviam atualizações e conteúdos relevantes para os assinantes. Essa estratégia permite que as empresas mantenham um relacionamento constante com seu público, fornecendo informações de forma proativa. No entanto, uma desvantagem é que essa abordagem pode ser invasiva se o conteúdo não for relevante ou se houver um excesso de mensagens enviadas. Já no sistema *pull*, as informações são disponibilizadas de forma passiva, permitindo que o público “puxe” as informações de acordo com suas necessidades. Um exemplo prático é a criação de um *blog* corporativo, em que as empresas publicam conteúdos relevantes e os usuários acessam quando desejarem. Essa estratégia permite que os usuários escolham o que desejam consumir e acessem informações de seu interesse no momento adequado. No entanto, uma desvantagem é que tal abordagem exige um esforço adicional para garantir que o conteúdo seja facilmente encontrado pelos usuários e que seja atrativo o suficiente para que eles se engajem. Resumindo, o sistema *push and pull* oferece abordagens complementares na comunicação digital. O sistema *push* permite uma comunicação ativa e constante com o público, enquanto o sistema *pull* permite que o público acesse informações relevantes de acordo com suas necessidades. A escolha entre as estratégias depende dos objetivos, do público-alvo e da natureza do conteúdo a ser transmitido.

Fonte: FORECHI, Marilene. et al. **Jornalismo digital e cibercultura**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

Questão 02

Os formatos do jornalismo *on-line* são caracterizados por incorporarem as seis propriedades da *web*, que são: multimídia-idade/convergência; interatividade; hipertextualidade; customização do conteúdo/personalização; memória e instantaneidade; e, atualização contínua. A multimídia-idade/convergência no jornalismo *on-line* refere-se à capacidade de combinar diferentes formatos de mídia, como texto, imagem, áudio e vídeo, em uma única plataforma digital. Isso possibilita a apresentação de informações de forma mais rica e atraente. Um exemplo prático é a incorporação de vídeos e fotos em matérias jornalísticas, tornando a experiência mais completa e envolvente para o leitor. A interatividade é uma propriedade que permite a participação ativa dos usuários no processo de consumo de notícias. Isso pode ser alcançado por meio de comentários, compartilhamentos, enquetes e outras formas de engajamento. Um exemplo é a possibilidade de os leitores deixarem comentários nas matérias, permitindo um diálogo entre a equipe jornalística e o público. A hipertextualidade refere-se à capacidade de utilizar *hiperlinks* para conectar informações relacionadas, permitindo uma navegação não linear. Isso possibilita ao leitor explorar tópicos relacionados, aprofundar-se em determinados assuntos e ter acesso a fontes adicionais de informação. Um exemplo é a inclusão de *links* em uma matéria para direcionar o leitor para fontes de referência ou para artigos relacionados. A customização do conteúdo/personalização é a capacidade de adaptar o conteúdo às preferências individuais dos usuários. Isso pode ser feito por meio de recomendações personalizadas, *newsletters* customizadas ou seleção de tópicos de interesse. Um exemplo é um *site* de notícias que permite aos usuários escolherem as seções ou temas que desejam seguir, recebendo um *feed* personalizado de notícias com base em suas preferências. A memória e a instantaneidade referem-se à capacidade de armazenar e recuperar informações de forma rápida e eficiente, bem como à atualização constante de conteúdo. Os arquivos de notícias e a possibilidade de busca permitem o acesso a informações passadas. A atualização contínua é uma característica importante no jornalismo *on-line*, pois as notícias são constantemente atualizadas à medida que os eventos se desenrolam. Um exemplo é um *site* de notícias em tempo real, que fornece atualizações instantâneas sobre eventos em andamento.

Fonte: FORECHI, Marilene. et al. **Jornalismo digital e cibercultura**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG

CARGO: ANALISTA DE LICITAÇÃO

Questão 01

Deve-se ressaltar que a modalidade Tomada de Preços foi extinta considerando a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, não cabendo cogitar a sua aplicação no caso descrito. Outro fator preponderante é que o Pregão apenas se aplica à aquisição de bens e serviços comuns, ou seja, àqueles com especificações mercadológicas padronizadas como, por exemplo, lápis, canetas, cadeiras etc. Pode-se aplicar, ainda, aos serviços comuns de engenharia, assim entendidos aqueles que têm por objeto a manutenção, a adequação ou a adaptação de bens móveis ou imóveis, mantidas suas características originais, o que, evidentemente, não é o caso em apreço. Por fim, resta observar o texto da normativa, que determina ser a Concorrência a modalidade a ser adotada em casos de obras e serviços especiais de engenharia.

Fonte: Lei nº 14.133/2001 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Questão 02

A Lei nº 4.320/1964 admite três modalidades de créditos adicionais e prevê situações em que cabe sua abertura: a) Os suplementares são destinados a reforço de dotação orçamentária já existente, mas insuficientemente dotada; b) Os especiais são destinados a cobrir despesas não originalmente previstas na Lei Orçamentária Anual. Devem ser autorizados por lei específica e são abertos por Decreto do Executivo; e, c) Por fim, os extraordinários, destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, a exemplo de guerra ou calamidade pública. Dispensam a indicação de fonte de financiamento para sua abertura e não necessitam de autorização legislativa.

Fonte: Lei nº 4.320/1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG

CARGO: ANALISTA DE PROJETOS EDUCACIONAIS

Questão 01

Proposta de Projeto: sugestão de título: “Fomentando a Aprendizagem Significativa e a Gestão Participativa na Escola”.

Propor objetivo geral que contemple: Promover uma abordagem pedagógica baseada em metodologias ativas e fortalecer a gestão participativa na escola, visando proporcionar aos alunos uma aprendizagem mais significativa e estimular a colaboração entre os docentes.

Propor Objetivos Específicos que contemple:

1. Implementar práticas pedagógicas ativas em sala de aula, como sala de aula invertida, aprendizado baseado em projetos e discussões em grupo, visando estimular o engajamento dos alunos.
2. Fomentar a participação ativa dos alunos na construção de seu próprio conhecimento, incentivando-os a explorar recursos educacionais, como vídeos, textos, *e-books* e aplicativos.
3. Realizar encontros regulares com os professores para compartilhar experiências e estratégias relacionadas à aplicação das metodologias ativas em suas disciplinas.
4. Envolver os professores na tomada de decisões da escola por meio de reuniões periódicas com a gestão escolar, nas quais possam contribuir com sugestões e *feedbacks* sobre as mudanças pedagógicas e administrativas.
5. Avaliar o progresso do projeto por meio de indicadores, como o desempenho acadêmico dos alunos, a frequência às aulas e o grau de participação dos docentes nas reuniões de gestão participativa.

Fonte: BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.** Penso Editora, 2018.

Questão 02

Espera-se que o candidato aponte esses elementos na resposta à questão:

1. Ampliação do Acesso: O parlamento digital permite que um maior número de cidadãos participe na formulação e discussão de propostas de lei, independentemente de barreiras geográficas ou de tempo.
2. Maior Transparência: As discussões e votações no ambiente digital são geralmente públicas, o que aumenta a transparência das ações legislativas, contribuindo para a *accountability* (prestação de contas) dos parlamentares.
3. Promoção da Inclusão: Facilita a participação de grupos marginalizados ou com dificuldades de participação presencial, promovendo uma representatividade mais ampla.
4. *Feedback* Direto: Os cidadãos podem fornecer *feedback* direto sobre projetos de lei e políticas, influenciando o processo de tomada de decisão e tornando-o mais responsivo às necessidades da sociedade.
5. Contribuição para a Deliberação Pública: O parlamento digital também pode contribuir para a deliberação pública, onde as ideias são debatidas, refinadas e aprimoradas antes da tomada de decisão final.

Fonte: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai e Sampaio, Rafael Cardoso. **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG

CARGO: ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS

Questão 01

- A) Espera-se que seja abordada a implementação do programa em três fases: diagnóstico, desenho e avaliação, as quais podem ser ilustradas por meio da proposição de um levantamento das necessidades e expectativas dos servidores e da Secretaria em relação à educação continuada; da realização pesquisas, entrevistas e grupos focais com os servidores, gestores e líderes da Secretaria; da avaliação dos resultados da sondagem que demonstre os interesses dos servidores em se qualificar em áreas como epidemiologia, vigilância sanitária, atenção primária, promoção da saúde, gestão de pessoas, gestão de recursos, gestão de projetos, planejamento estratégico, avaliação de políticas públicas e ética no serviço público. Também pode ser abordada a proposição por parte da Secretaria em capacitar seus servidores nessas áreas, além de melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência dos serviços prestados à população. Na segunda fase, pode ser elaborado o desenho do programa, definindo os objetivos, os conteúdos, as metodologias, os recursos e os cronogramas dos cursos *on-line*, seminários presenciais e grupos de estudos. Os cursos *on-line* podem ser selecionados a partir de plataformas renomadas de educação a distância, como Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS). Os seminários presenciais planejados por especialistas internos ou externos em cada tema. Os grupos de estudos formados por servidores com interesses comuns em determinada área. O programa se apresenta em níveis básico, intermediário e avançado. Os servidores podem escolher os cursos, seminários e grupos de acordo com seu nível de conhecimento e interesse. Na terceira fase, a avaliação do programa, medindo o impacto do mesmo junto aos servidores e na secretaria, considerando-se indicadores quantitativos e qualitativos, como número de participantes, horas de aprendizagem, satisfação dos servidores, qualidade dos serviços prestados à população, impacto nas políticas públicas de saúde e retorno sobre o investimento. Avaliação final demonstrando a repercussão dos resultados e se o programa foi bem-sucedido para aumentar o engajamento dos servidores com o aprendizado, ampliar suas competências técnicas e gerenciais, melhorar sua performance no trabalho, contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, influenciar positivamente nas políticas públicas de saúde e gerar um retorno positivo para a secretaria.
- B) Espera-se concluir que o programa de educação continuada implementado pela SaúdeX foi uma iniciativa estratégica para o desenvolvimento dos servidores e da organização. Ele demonstrou a importância de adotar um conceito de treinamento e desenvolvimento para a Educação Continuada que seja flexível, personalizado e alinhado às necessidades e interesses dos indivíduos e das organizações. Também evidenciou os benefícios de se tornar uma organização de aprendizagem que valoriza o conhecimento como um recurso estratégico para a melhoria dos serviços públicos.
- C) Podem ser citados pelo menos três dos cinco desafios da implementação de um programa de educação continuada na Administração Pública, tais como:
- a falta de uma política nacional de educação continuada que oriente e articule as iniciativas dos diferentes níveis e esferas de governo;
 - a resistência ou desinteresse dos gestores públicos em investir na capacitação dos servidores, considerando-a como um custo e não como um investimento;
 - a dificuldade de adequar os conteúdos, as metodologias e os recursos da educação continuada às necessidades, aos interesses e às características dos servidores públicos, considerando sua diversidade de perfis, funções e contextos de trabalho;
 - a limitação ou precariedade da infraestrutura tecnológica e pedagógica para a oferta de cursos à distância, que exigem acesso à *Internet*, equipamentos, plataformas, materiais e tutores qualificados; e,
 - a falta de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos resultados e impactos da educação continuada na melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade.

Fontes:

- A educação a distância no processo de formação continuada da administração pública: as contribuições da Revista do Serviço Público. (Disponível em: <https://bing.com/search?q=desafios+da+educa%c3%a7%c3%a3o+continuada+na+administra%c3%a7%c3%a3o+p%3%bablica>).
- Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na perspectiva da inclusão escolar. (Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vBFnySRRBJFSNFQ7gthybkH/>).
- Educação Continuada nas Organizações Públicas – EGEPI: desafios para a implantação de cursos em EAD. (Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2009/CD/trabalhos/1552009173222.pdf>).

Questão 02

A) Espera-se que sejam indicados:

- aumento da motivação, a autoestima e a satisfação dos trabalhadores, ao reconhecer seus esforços, resultados e potenciais;
- redução do estresse, a ansiedade e o conflito dos trabalhadores, ao estabelecer metas claras, realistas e negociadas;
- prevenção ou correção de problemas de desempenho, ao oferecer *feedbacks* construtivos, orientações e capacitações;
- melhora do clima organizacional, ao estimular a comunicação, a cooperação e o respeito entre os trabalhadores e os gestores; e,
- promoção da melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados à sociedade, ao identificar as necessidades, as expectativas e as oportunidades de aperfeiçoamento.

B) Espera-se que sejam apontadas as principais dificuldades ou limitações que podem comprometer a eficácia da política de avaliação de desempenho como ferramenta de prevenção de saúde do trabalhador, quais sejam: resistência ou falta de comprometimento dos trabalhadores ou dos gestores com o processo avaliativo, falta de recursos humanos, materiais ou financeiros para realizar a avaliação, falta de critérios claros, objetivos e uniformes para medir o desempenho, falta de *feedbacks* oportunos, frequentes e consistentes para os trabalhadores, falta de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos resultados e impactos da política.

Fontes:

- Tasca, J. E., Ensslin, L., & Ensslin, S. R.. (2013). **A construção de um referencial teórico sobre a avaliação de desempenho de programas de capacitação.** Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação, 21(79), 203–238. (Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362013000200003>).
- Lacerda, R. T. de O., Ensslin, L., & Ensslin, S. R.. (2012). **Uma análise bibliométrica da literatura sobre estratégia e avaliação de desempenho.** Gestão & Produção, 19(1), 59–78. (Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2012000100005>).

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG

CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO

Questão 01

A) Parte preliminar da lei – **Valor:** 3,00 pontos

A parte preliminar da lei compõe-se da epígrafe, grafada em caracteres maiúsculos, que propiciará identificação numérica singular à lei e será formada pelo título designativo da espécie normativa, pelo número respectivo e pelo ano de promulgação. (1,00) Da ementa, que será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei. (1,00); seguido do preâmbulo que indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal. (1,00).

B) Parte normativa – ordem lógica – **Valor:** 3,00 pontos

A ordem lógica é assegurada pela adoção: da unidade básica de articulação que será o artigo, indicado pela abreviatura Art., seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste (1,00); do desdobramento em discriminações e enumerações por meio dos incisos, alíneas e itens. (1,00); da expressão por meio dos parágrafos dos aspectos complementares à norma enunciada no *caput* do artigo e das exceções à regra estabelecida no *caput*. (1,00)

C) Parte normativa – clareza e precisão – **Valor:** 4,00 pontos – 2 pontos cada

I – Para obtenção de clareza:

- usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;
- usar frases curtas e concisas;
- construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;
- buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente;
- usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico;

II – Para a obtenção de precisão:

- articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;
- expressar a ideia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico; e,
- evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;
- escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais;
- usar apenas siglas consagradas pelo uso, observado o princípio de que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicitação de seu significado;
- grafar por extenso quaisquer referências a números e percentuais, exceto data, número de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto; e,
- indicar, expressamente o dispositivo objeto de remissão, em vez de usar as expressões “anterior”, “seguinte” ou equivalentes;

Fontes:

- Lei Complementar nº 95/1998.
- Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp95.htm.

Questão 02

A) Renúncia da Mesa – **Valor:** 3,00 pontos

Assume o vereador mais idoso que deverá levar o fato a conhecimento do plenário (1,00); realizando as eleições para membros da mesa na sessão ordinária imediata àquela em que ocorreu a renúncia. (1,00). O vereador mais velho ficará investido na plenitude das funções até a posse da nova Mesa. (1,00)

B) Vedações ao Presidente – **Valor:** 3,00 pontos

Art. 49. É vedado ao Presidente da Câmara:

I – quando estiver substituindo o Prefeito, nos casos previstos em lei, exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

II – ausentar-se do município por mais de quinze dias sem licenciar-se, na forma regimental;

III – ocupar a Tribuna, quando na presidência, ou tomar parte em qualquer discussão, salvo para elucidar fatos relativos ao tema em debate; e,

IV – participar de votação nos processos em que for interessado como denunciante ou denunciado.

C) Deliberação – **Valor:** 4,00 pontos

As deliberações do Plenário são formadas por:

I – maioria simples – A maioria simples é a que representa o maior resultado de votação, dentre os presentes à reunião. (1,00)

II – maioria absoluta – A maioria absoluta é a que compreende mais da metade dos membros da Câmara. (1,00)

III – maioria qualificada – A maioria qualificada é a resultante de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara. (1,00)

Quórum para alterar o regimento – maioria absoluta, conforme Art. 53, §2º da LOM. (1,00)

Fontes:

- Regimento Interno da Câmara.
- Disponível em: <https://www.cmpa.mg.gov.br/Arquivos/Downloads/9e00297d-016f-4090-a414-45c43a026b53.pdf>.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG

CARGO: CONTADOR

Questão 01

A)

a) Limites da Despesa Total com Pessoal para os Municípios:

- Limite Máximo – 60% da receita corrente líquida, sendo 6% para o Legislativo e 54% para o Executivo.
- Limite de Alerta – 90% do limite máximo.
- Limite Prudencial – 95% do limite máximo.

b) Sanções e Medidas sendo ultrapassados os limites:

- Quando ultrapassado o limite de alerta, o município será alertado pelo Tribunal de Contas sobre o fato;
- Quando ultrapassado o limite prudencial haverá algumas sanções, como impedimento de conceder, reajustar, criar ou contratar serviços ou cargos que implique aumento de despesa, entre outros; e, da eliminação do percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos 1/3 no primeiro.

c) Importância dos limites com a despesa total com pessoal – controle das finanças públicas e auxílio na contenção de gastos desnecessários com a contratação de pessoal, considerando-se a significativa parcela do orçamento público consumido por esta despesa.

d) Periodicidade da apuração dos limites da Despesa Total com Pessoal: quadrimestral.

B)

a) Limite Máximo = R\$ 8.500,00 x 60% = R\$ 5.100,00

Limite de Alerta = R\$ 8.500,00 x (60% x 90%) = R\$ 8.500,00 x 54% = R\$ 4.590,00

Limite Prudencial = R\$ 8.500,00 x (60% x 95%) = R\$ 8.500,00 x 57% = R\$ 4.845,00

Percentual da Despesa com Pessoal no quadrimestre = R\$ 4.680,00/R\$ 8.500,00 = 55,06%

b) O município ultrapassou o limite prudencial e está sujeito a ser alertado pelo Tribunal de Contas sobre o fato.

Fontes:

- ANDRADE, N. A. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm. Acesso em 14 de setembro de 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 14 de setembro de 2023.

Questão 02

A) O patrimônio cultural é conceituado como bens de natureza material e imaterial, que individualmente ou em conjunto são portadores de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos da sociedade. Os ativos descritos como bens do patrimônio cultural estão englobados nos bens de uso comum do povo, e são assim definidos por possuírem relevância ambiental, artística, cultural, educacional, histórica ou tecnológica.

B)

- Monumentos, Prédios Históricos, Áreas de Conservação, Reservas Naturais e Museus, como o Monumento “Marco da Fundação”, Museu Histórico “Memória Viva” e Sítio Arqueológico “Ruínas do Forte” são reconhecidos como patrimônio cultural tangível e classificados no Ativo Não Circulante – Imobilizado;
- Festas e Eventos Tradicionais, Manifestações Culturais e Saberes, como a Festa da Padroeira “Nossa Senhora das Graças”, Congado “Guardiões da Tradição” e Artesanato de Peças Regionais produzidas pelos artesãos locais são reconhecidos como patrimônio cultural intangível e classificados no Ativo Não Circulante – Intangível.

C) São características geralmente apresentadas por bens do patrimônio cultural, tangíveis ou intangíveis:

- Seu valor ambiental, artístico, cultural, educacional, histórico ou tecnológico provavelmente não é refletido totalmente no valor financeiro que é baseado somente no preço de mercado, sendo improvável que se consiga mensurá-lo totalmente por este critério;
- Sua alienação por venda é geralmente improvável, pois além de não serem mantidos para venda, pode haver obrigações legais que imponham proibições ou restrições à essa ocorrência;
- A estimativa da vida útil destes itens é difícil de ser realizada, sendo alguns muito antigos;
- São geralmente insubstituíveis devido a características ou finalidades únicas; e,
- Seu valor pode aumentar ao longo do tempo, independentemente de sua condição física.

Fontes:

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**
- BRASIL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** 9 ed. Brasília, 2021. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943. Acesso em 14 de setembro de 2023.
- Conselho Federal de Contabilidade. **Normas Brasileiras de Contabilidade. NBC TG 04 – Ativo Intangível.** Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-completas/>. Acesso em 14 de setembro de 2023.
- Conselho Federal de Contabilidade. **Normas Brasileiras de Contabilidade. NBC TG 27 – Ativo Imobilizado.** Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-completas/>. Acesso em 14 de setembro de 2023.

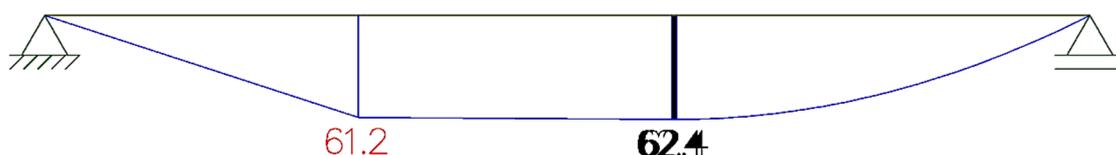
PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

Questão 01

- Diagrama de Momento Fletor (valor: 10%):



- Ordenada do Centroide de área da viga T (valor: 10%):

$$\bar{y} = 137 \text{ mm e } c = 220 - 137 = 83 \text{ mm}$$

- Momento de inércia da seção da viga T (valor: 10%):

$$I = 2,9533 \cdot 10^7 \text{ mm}^4$$

- Resistência máxima à tração (valor: 35%):

$$\sigma_t = - \frac{M \cdot \bar{y}}{I} = - \frac{62400 \cdot (-137)}{2,9533 \cdot 10^7} = 0,2895 \text{ MPa} = 289,47 \text{ kPa}$$

- Resistência máxima à compressão (valor: 35%):

$$\sigma_c = - \frac{M \cdot c}{I} = - \frac{62400 \cdot 83}{2,9533 \cdot 10^7} = -0,1754 \text{ MPa} = -175,37 \text{ kPa}$$

Fontes:

- HIBBELER, R. C. **Estática Mecânica para Engenharia**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Prentice hall, 2011.
- PINHEIRO, A. C. F. B.; CRIVELARO, M. **Fundamentos de resistência dos materiais**. 1ª Ed. [Reimpr.] Rio de Janeiro: LTC, 2019.
- ONOUE, B.; KANE, K. **Estática e resistência dos materiais para arquitetura e construção de edificações**. Tradução Amir Elias Abdalla Kurban. 4ª Ed. [Reimpr.] Rio de Janeiro: LTC, 2018.

Questão 02

- Determinar o quantitativo de cimento em kg/m³ (valor: 25%):

Para 1 m³ concreto, a quantidade de cimento em kg é expressa por:

$$C = \frac{1}{\frac{c}{V_c} + \frac{a}{V_a} + \frac{b}{V_b} + v}$$

Assim, temos:

$$C = \frac{1}{\frac{1}{3150} + \frac{3}{2630} + \frac{2}{2650} + \frac{0,4}{1000}} \cong 382,722 \text{ kg/m}^3$$

- Determinar o quantitativo de cimento em kg (valor: 40%):

$$\text{Total de cimento: } C_T = 382,7228 \frac{\text{Kg}}{\text{m}^3} \cdot 120 \text{ m}^3 = 45.926,7 \text{ kg}$$

- Determinar o número de sacos de cimento (valor: 35%):

$$\text{Número de sacos de 50 kg: } n = \frac{45.926,7}{50} = 918,53 \cong \mathbf{919 \text{ sc de 50 kg}}$$

Serão necessários, aproximadamente, 919 sacos de cimento (50 kg).

Observação: são variantes da aproximação 919 e 920 sacos de cimento.

Fontes:

- BORGES, A. C. **Prática das Pequenas Construções**. 6ª Ed. 2º volumes. Editora Edgard Blucher.
- MILITO, J. A. **Técnicas de Construção Civil e Construção de Edifícios**. Apostila. Disponível em: http://demilito.com.br/2-trabalhos_preliminares-rev.pdf.
- YAZIGI, Walid. **A técnica de Edificar**. Editora PINI.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG

CARGO: PROCURADOR

Forma Estética – **Valor:** 3,00 pontos

A) Constitucionalidade do Projeto – **Valor:** 9,00 pontos

A majoração da alíquota é constitucional (1,00), pois se trata de exigência da Emenda Constitucional nº 103/2019 conjugada com a observância do equilíbrio financeiro e atuarial (2,00);

A limitação do rol de benefícios custeados pelo RPPS é constitucional (1,00) e é exigência da EC nº 103/2019 (2,00); e, A limitação dos benefícios ao teto do RGPS é constitucional (1,00) e é exigência do art. 40 da Constituição Federal (2,00).

B) Legitimidade da Iniciativa – **Valor:** 3,00 pontos

É legítima a iniciativa do Projeto de Lei (1,00) que, além de afetar os servidores do Poder Executivo, também alcança os servidores do Poder Legislativo, pois a o RPPS é unidade gestora única (2,00).

C) Legitimidade da Despesa – **Valor:** 3,00 pontos

Na hipótese de aprovação da lei, os benefícios previdenciários distintos de aposentadoria e pensão, devidos aos servidores do Poder Legislativo, serão pagos com recursos do duodécimo da Câmara Municipal (1,00) por força do disposto no Art. 29-A, já que a Câmara deve custear suas próprias despesas (2,00)

D) Legitimidade da Greve – **Valor:** 3,00 pontos

O direito de greve dos servidores públicos é legítimo (1,00) e decorre diretamente do texto constitucional. A lei regulamentadora serve apenas para a regulamentação do exercício da greve e não do Direito de greve – Mandado de Injunção nº 708/2007 STF. (2,00)

Fontes:

- Constituição Federal, art. 40.
- Constituição Federal, art. 37.
- Constituição Federal, art. 29-A.